



Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas

Março de 2025
Data-base 2024

Índice

GOVERNANÇA DO GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIAL, DO RISCO AMBIENTAL E DO RISCO CLIMÁTICO	2
ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NO TRATAMENTO DO RISCO SOCIAL, DO RISCO AMBIENTAL E DO RISCO CLIMÁTICO	8
PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DO RISCO SOCIAL, DO RISCO AMBIENTAL E DO RISCO CLIMÁTICO	13

Aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2025.

Governança do Gerenciamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático

Tabela GVR

Objetivo: Descrição da governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

Conteúdo: Informações qualitativas.

Frequência: Anual.

Deve ser descrito o papel do conselho de administração (CA), da diretoria da instituição, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO) e do comitê de riscos no processo de governança para a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco social, do risco ambiental e do risco climático, conforme disposto na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A. Identificação das instâncias de governança da instituição com atribuições no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

Os principais papéis na estrutura do gerenciamento de riscos sociais, ambientais e climáticos (Riscos SAC) no Banrisul cabem às seguintes instâncias: Conselho de Administração; Comitê de Riscos; Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática; Comitê de Auditoria; Diretoria; Diretor de Riscos; Comitê de Riscos Corporativos e de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática; Comissão de Sustentabilidade; Unidade de Riscos Corporativos; Áreas Administrativas da Direção-Geral e Empresas Controladas do Grupo Banrisul; Gerência de Riscos Social, Ambiental e Climático da Unidade de Riscos Corporativos; Unidade de Controles, *Compliance* e Inspeção; e Auditoria Interna. As principais responsabilidades atribuídas a cada instância estão descritas no item “B” desta Tabela.

B. Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item “A”, e do relacionamento entre elas.

Conselho de Administração – CA

O CA é o órgão de orientação geral dos negócios, das diretrizes e dos objetivos Institucionais. Destacam-se, dentre suas atribuições, para fins de gerenciamento de capital e de riscos corporativos, fixar os níveis de apetite por riscos da instituição na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e revisá-los, com o auxílio do Comitê de Riscos, da Diretoria e do Diretor de Riscos.

Comitê de Riscos – CoRis

As atribuições do CoRis abrangem propor recomendações ao CA sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de capital e de riscos, avaliando os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as ações para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada. Adicionalmente, o CoRis deve coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria, de modo a facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e o efetivo tratamento dos riscos a que a instituição está exposta.

Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – CRSAC

O CRSAC tem suas atividades coordenadas com o Comitê de Riscos, sendo sua atribuição propor recomendações ao CA sobre o estabelecimento, revisão e aperfeiçoamento da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, além de avaliar o grau de aderência, à essa Política, das ações implementadas.

Comitê de Auditoria – CoAud

O CoAud é órgão colegiado estatutário permanente que se reporta diretamente ao CA para assessoramento no tocante às funções de auditoria, supervisão e fiscalização no âmbito do Banrisul e de suas Controladas, tendo como atribuição, dentre outras, contribuir com as atividades do CoRis, facilitando a troca de informações, para os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e o efetivo tratamento dos riscos a que a instituição está exposta.

Diretoria

Compete à Diretoria conduzir, em conformidade com as políticas e estratégias da instituição, as atividades que impliquem assunção de riscos. A Diretoria deve, também, se envolverativamente no programa de testes de estresse, indicando as diretrizes a serem seguidas e aprovando os cenários, quando utilizada a metodologia de análise de cenários.

Diretor de Riscos – CRO

A responsabilidade do CRO abrange assegurar que as políticas, processos, relatórios, sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de riscos estejam adequados à RAS e aos objetivos estratégicos da instituição. O CRO também é responsável por coordenar o processo de definição do apetite por riscos da instituição.

Comitê de Riscos Corporativos e de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - CRC

O CRC é um órgão de caráter propositivo e deliberativo, parte da Estrutura Institucional de Gestão de Capital e de Riscos, com fim de assegurar sua correta aplicação. É de sua competência, no âmbito Gestão Integrada de Capital e de Riscos Corporativos, aprovar metodologias aplicadas na mensuração de riscos corporativos e avaliar e monitorar o risco da instituição frente aos objetivos estratégicos, garantindo o alinhamento entre ambos.

Comissão de Sustentabilidade – CS

A Comissão de Sustentabilidade tem a finalidade de ser um órgão de análise, de assessoramento e de proposição, que tem como premissa assegurar a transversalidade da sustentabilidade, englobando aspectos econômico-financeiros, sociais, ambientais, climáticos e de governança relacionados à estratégia de negócios.

Unidade de Riscos Corporativos – URC

A Unidade de Riscos Corporativos é a responsável pela coordenação do processo de gestão de capital e dos riscos de crédito, mercado, IRRBB, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, contemplando todas as instituições do Conglomerado Prudencial. Considera, também, os possíveis impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por empresas do Conglomerado, e demais riscos relevantes identificados.

Áreas Administrativas da Direção-Geral e Empresas Controladas do Grupo Banrisul

Como primeira linha de defesa, as áreas devem monitorar os processos e atividades desempenhadas sob a sua responsabilidade, com vistas a identificar e gerenciar seus riscos.

Gerência de Riscos Social, Ambiental e Climático da Unidade de Riscos Corporativos

Enquanto segunda linha de defesa, tem a atribuição de gerenciar os riscos social, ambiental e climático nas Empresas Controladas do Grupo Banrisul, fornecendo metodologias e ferramentas para que as áreas de negócios atuem como primeira linha de defesa na gestão desses riscos.

Unidade de Controles, Compliance e Inspetoria

É responsabilidade da Unidade de Controles, Compliance e Inspetoria acompanhar a definição dos controles internos e monitorar sua adesão ao cumprimento das políticas corporativas, bem como acompanhar a execução das ações propostas, pela primeira linha de defesa, para tratamento dos riscos social, ambiental e climático.

Auditória Interna

A Auditoria Interna executa as atividades de terceira linha de defesa, atuando no processo de gestão de risco social, ambiental e climático, em conformidade com as atribuições previstas nas Resoluções CMN nº 4.557/17 e nº 4.879/20.

C. Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, tendo em vista o descrito no item “B”.

O Relatório de Riscos e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de elaboração anual, visa dar conhecimento ao CRC, à Diretoria, ao CoRis e ao CA sobre os processos realizados para o gerenciamento dos riscos e da responsabilidade social, ambiental e climática na instituição, relacionando as principais atividades executadas no período,

conduzidas pela Gerência de Riscos Social, Ambiental e Climático da Unidade de Riscos Corporativos.

O reporte anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap), que compreende a identificação, gestão e mensuração dos riscos, incluindo a mensuração da necessidade de capital para fazer face a perdas em um cenário de crise severa, é submetido à aprovação do CRC, Diretoria, CoRis e CA, juntamente com os resultados do Programa de Teste de Estresse.

No mínimo anualmente, a Política de Gestão de Risco Social, Ambiental e Climático é revisada e submetida à aprovação do CRC, Diretoria, CoRis e CA.

Com periodicidade trimestral, o CA aborda o tema de riscos e responsabilidade social, ambiental e climática em conjunto com o CRSAC.

O acompanhamento da exposição a risco, por meio dos indicadores da RAS, ocorre mensalmente, com reporte ao CRO, Diretoria, CoRis e CA.

D. Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração do risco social, do risco ambiental e do risco climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão:

Dos níveis de apetite por riscos da instituição

O Banrisul definiu limites de exposição aos riscos social, ambiental e climático, que são monitorados e reportados periodicamente às instâncias superiores. De forma complementar aos indicadores acompanhados na RAS, são monitoradas as exposições aos Riscos SAC, com o objetivo de identificar possíveis ações corretivas necessárias, de acordo com o cenário existente, em relação à estratégia traçada pela instituição.

Das políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital

O CA revisa e aprova as Estruturas e Políticas de Gerenciamento de Capital e Riscos Corporativos, considerando os Riscos SAC dentre os riscos relevantes para a instituição, com política específica para sua gestão, garantindo, assim, o alinhamento com as demais políticas institucionais.

Do Programa de Testes de Estresse

Anualmente o Programa de Teste de Estresse é revisado e aprovado pelo CA, considerando os riscos social, ambiental e climático em duas abordagens de estresse: a de sensibilidade e a de cenário.

Das políticas para a gestão de continuidade de negócios

A estrutura de gestão integrada permite adequada identificação dos Riscos SAC associados aos processos da instituição, considerando esses aspectos na gestão de continuidade de negócios.

Do plano de contingência de liquidez

O Banrisul adota Plano de Contingência da Liquidez com o objetivo de identificar, antecipadamente, e adequar a capacidade da instituição para enfrentar crises de liquidez internas e/ou externas, inclusive decorrentes de situações de estresse associadas à possibilidade de ocorrência de eventos de risco social, de risco ambiental ou de risco climático, minimizando potenciais efeitos na continuidade dos seus negócios, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem.

Do plano de capital e do plano de contingência de capital

A instituição considera que os Riscos SAC estão abrangidos pelos riscos de Pilar I, estando cobertos pelo Plano de Capital.

Da política de remuneração

A instituição adota instrumento de acompanhamento de entrega de resultados e de valorização do desempenho dos empregados do banco, composto pelos Indicadores de Performance (metas) e de Competências (Avaliação de Competências). Dentre os Indicadores de Performance, são mensurados resultados referentes à sustentabilidade.

E. Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos

No início de cada ano calendário, o CA elabora sua pauta temática, que contempla assuntos ligados a aspectos sociais, ambientais e climáticos. Desde 2023, está incluído nas reuniões do CA relato trimestral das principais atividades que tramitam no CRSAC. Sendo assim, a supervisão da pauta climática por parte do CA vem sendo ampliada, com considerações importantes e maior relevância nas deliberações e avanços dos projetos no Banrisul.

Enquanto órgão máximo da instituição em relação à RAS, o CA fixa os níveis de apetite e revisa-os anualmente, com o auxílio do CRO, da Diretoria e do CoRis. A RAS reflete o ambiente operacional, a estratégia e os objetivos do negócio do Banrisul, define os diferentes níveis aceitáveis de cada um dos riscos incorridos pela instituição, e direciona o acompanhamento e controle rigorosos para que permaneçam de acordo com a estratégia traçada. Cabe ao CA revisar e aprovar anualmente as políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos destinados a manter os níveis de exposição fixados na RAS.

Estratégias utilizadas no tratamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático

Tabela EST

Objetivo: Identificação e descrição dos impactos reais e potenciais, quando considerados relevantes, do risco social, do risco ambiental e do risco climático sobre os negócios, as estratégias e o gerenciamento de risco e de capital da instituição.

Conteúdo: Informações qualitativas.

Frequência: Anual.

Devem ser descritos aspectos do risco social, do risco ambiental e do risco climático com potenciais impactos, quando considerados relevantes, nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de risco e de capital, conforme disposto na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017

A. Identificação dos eventos de risco social, de risco ambiental e de risco climático que geram possibilidade de perdas relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo.

A seguir são elencados os eventos de risco social, ambiental e climático identificados nos horizontes de curto, médio e longo prazos, e respectivas fontes de informação. Para riscos operacionais, que se enquadram em escopo de Riscos SAC, estes possuem seu processo de gestão integrada, com devida sinalização na Base de Dados de Perdas Operacionais.

RISCO	PRAZO	RISCO	FONTE DE INFORMAÇÃO
Social	Curto	Possibilidade de violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos a interesse comum por clientes e fornecedores (trabalho análogo ao escravo e trabalho infantil).	<ul style="list-style-type: none">• Monitoramento do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo;• Certidões de regularidade;• Formulário para Análise Social, Ambiental e Climática;• Fiscalização de contratos.
Social	Curto	Irregularidades trabalhistas praticadas por fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados, em especial em contratos com cessão de mão de obra.	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalização de contratos e acompanhamento de processos judiciais;• Certidões de regularidade.
Social	Médio	Inadequações em processos referentes a práticas trabalhistas	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento de processos judiciais na esfera trabalhista.
Social	Médio	Possibilidade de ocorrência de inconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, com vazamento de dados sensíveis de empregados e/ou clientes em diferentes horizontes temporais	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento de processos judiciais na esfera cível e de eventos de fraude em Base de Dados de Perdas Operacionais.
Ambiental	Curto	Impacto operacional, financeiro e de imagem pelo tempo de resposta a eventos críticos	<ul style="list-style-type: none">• Formulário para Análise Social, Ambiental e Climática;• Certidões de regularidade do fornecedor e/ou cliente.

Ambiental	Médio	Impactos financeiros ou de imagem em decorrência de irregularidades ambientais de clientes.	<ul style="list-style-type: none"> Ferramenta de <i>compliance</i> socioambiental para identificar beneficiário e áreas com restrição a crédito rural; Exigência de certidões de regularidade.
Ambiental	Longo	Relacionamento comercial com setores sensíveis.	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento da exposição ao risco ambiental na carteira de crédito pessoa jurídica; Exposição dentro do apetite por risco da instituição.
Climático Físico	Curto	Impactos financeiros referentes a danos a ativos físicos em decorrência de eventos climáticos severos.	<ul style="list-style-type: none"> Base de Dados de Perdas Operacionais relacionadas a danos a ativos físicos; Exposição dentro dos limites de risco da instituição.
Climático Físico	Curto	Possibilidade de perdas financeiras decorrentes de alterações na capacidade de pagamento dos clientes diante da ocorrência de eventos climáticos extremos, incluindo riscos relacionados à vulnerabilidade climática nas operações de crédito de agronegócios.	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e <i>compliance</i> socioambiental de operações de crédito de agronegócios; Exposição dentro dos limites de risco da instituição.
Climático Físico	Médio	Concentração da carteira de crédito em setores econômicos com maior probabilidade de sofrer impactos relacionados a eventos climáticos extremos.	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento da exposição ao risco climático na carteira de crédito pessoa jurídica; Exposição dentro dos limites de risco da instituição.
Climático de Transição	Longo	Relacionamento comercial com setores sensíveis e carbono intensivos	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento da exposição ao risco climático na carteira de crédito pessoa jurídica; Acompanhamento de tendências regulatórias e autorregulatórias, percepção de stakeholders; Exposição dentro dos limites de risco da instituição.

- Indicar percentualmente as perdas da carteira de crédito e demais atividades de intermediação financeira, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições.

Quando identificados eventos que possibilitem a classificação de causa raiz SAC, estes são monitorados e suas perdas consolidadas. No período não foram identificadas perdas relevantes de Riscos SAC na carteira de crédito e demais atividades de intermediação financeira.

- Indicar os critérios adotados para definir as diferentes regiões geográficas e os critérios temporais adotados para definir os diferentes horizontes (curto, médio e longo prazos).

As regiões geográficas são segregadas em nível de município, e abrange toda a atuação geográfica dos clientes, conforme metodologia descrita no item “B” da Tabela GER. Portanto, não há priorização ou exclusão de regiões. Reforça-se que a instituição possui concentração de clientes na região sul do país, em especial no estado do Rio Grande do Sul.

Os critérios temporais adotados na identificação dos eventos de riscos social, ambiental e climático são:

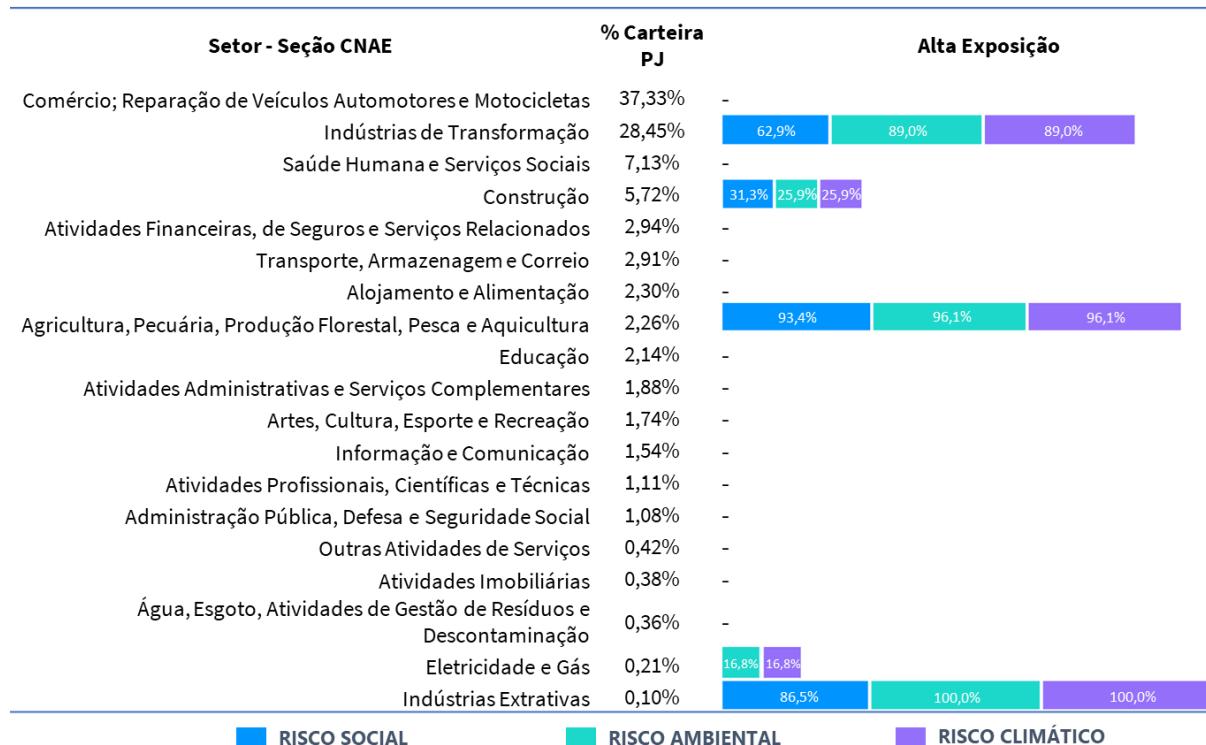
- Curto prazo: até 12 meses
- Médio prazo: 12 a 36 meses
- Longo prazo: Acima de 36 meses

B. Identificação de concentrações significativas dos riscos mencionados no item “A” nas exposições de crédito da instituição, observado o disposto no art. 38-D, inciso V, da Resolução nº 4.557, de 2017.

A metodologia de avaliação das exposições de crédito está descrita no item “B” da Tabela GER.

As exposições foram analisadas no nível de Subclasse da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), e posteriormente agrupadas no nível de Seção. O quadro a seguir apresenta a distribuição do saldo (% Carteira PJ) de cada Seção, e o respectivo enquadramento em Subclasses de alta exposição aos riscos social, ambiental e/ou climático.

O quadro abaixo apresenta os setores de atividade, agrupados por Seção CNAE, sua respectiva participação na carteira de crédito pessoa jurídica, e a concentração do saldo desse setor em Subclasses de alta exposição. As informações são referentes a data-base dezembro de 2024.



C. Descrição de como os eventos mencionados no item “A” são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital da instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dos riscos avaliados.

Os eventos são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital de forma integrada aos demais riscos, sendo observados os horizontes de tempo em que geram possibilidade de perdas relevantes para a instituição, incluindo ações de mitigação em diferentes horizontes temporais.

A estratégia de negócios visa minimizar os riscos aos quais o Banrisul está exposto, para proteger o patrimônio e os interesses de seus clientes, acionistas, colaboradores e demais partes interessadas. A RAS é o instrumento que define o nível de riscos que a instituição está disposta a aceitar para atingir seus objetivos, monitorando e reportando periodicamente às instâncias superiores o *status* dos indicadores de acompanhamento dos riscos social, ambiental e climático.

O gerenciamento de capital é tratado como um processo contínuo, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Para alterações relevantes ou desenvolvimento de novos produtos e serviços, é realizada análise de Riscos SAC a partir das informações fornecidas pela área de negócios demandante. Quando necessárias, são realizadas recomendações de melhoria, visando mitigar possíveis riscos social, ambiental e climático.

Quando aplicável, são analisados critérios sociais, ambientais e climáticos em operações de crédito por meio do emprego de formulário específico, em que são avaliadas características setoriais, locacionais, legais e gerenciais da contraparte e da operação.

Oportunidades de negócios estão sendo desenvolvidas por meio da ampliação da oferta de produtos sustentáveis, como, por exemplo, a linha CDC Sustentabilidade, que financia projetos de energia renovável, estações de recarregamento elétrico, projetos de eficiência energética, scooters elétricas, dentre outros.

Na análise de risco de crédito, quando aplicável, o resultado da avaliação dos Riscos SAC é considerado em um conjunto de variáveis que impactam na definição do limite de risco dos clientes.

D. Descrição das hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas na realização de análises de cenários, no âmbito do programa de testes de estresse de que trata o art. 7º, inciso VII, da Resolução nº 4.557, de 2017.

Os cenários de risco climático passaram a integrar o Programa de Teste de Estresse, considerando hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono.

O cenário que envolve o risco climático consiste no aumento do provisionamento, para operações de crédito rural pessoa física e toda a carteira pessoa jurídica, de acordo com as faixas de estresse pré-definidas, observada a exposição a riscos climáticos do setor de atividade do cliente. A provisão estressada é resultante da aplicação do percentual de incremento climático ao modelo de risco de crédito, no cenário adverso. Da mesma maneira que ocorre com a perda esperada, são recalculadas as parcelas de capital e analisa-se a suficiência de capital com os resultados estressados e o impacto no Índice de Basileia.

Na análise de sensibilidade das garantias, é avaliada a suficiência das garantias diante da depreciação, cujo percentual é proporcional ao nível de exposição a Riscos SAC. No momento em que a garantia estiver 90% abaixo do saldo contábil, apura-se a perda que essa operação terá após venda em leilão. O valor da perda irá influenciar o cálculo do Patrimônio de Referência (PR), gerando PR estressado e, por conseguinte, impactando o Índice de Basileia.

O Banrisul tem buscado aperfeiçoar o processo de gestão de riscos social, ambiental e climático, destacando o estudo de outros cenários climáticos no Programa de Teste de Estresse.

E. Descrição da capacidade de adaptação da instituição, considerando as hipóteses mencionadas no item “D”.

Por meio da aplicação dos testes de estresse, verifica-se que a instituição suportaria os requerimentos regulatórios para os Índice de Capital Principal, Índice de Basileia e Índice de Basileia Amplo em caso de ocorrência dos cenários propostos no item “D”.

Processos de gerenciamento do Risco Social, do Risco Ambiental e do Risco Climático

Tabela GER

Objetivo: Descrição da estrutura de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

Conteúdo: Informações qualitativas.

Frequência: Anual.

Devem ser descritos os processos para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco social, do risco ambiental e do risco climático, conforme disposto na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A. Descrição do processo de identificação, mensuração e avaliação do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

O Banrisul aplica processo de identificação, mensuração e avaliação dos Riscos SAC para seus produtos e serviços de concessão de crédito, atividades e processos internos, atividades desempenhadas por suas contrapartes, entidades controladas, além de fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes, considerando os princípios de relevância e proporcionalidade. A metodologia é baseada em critérios consistentes e passíveis de verificação, incluindo informações públicas, quando disponíveis.

Em relação às operações de crédito, o processo de identificação, classificação, mensuração e avaliação dos riscos social, ambiental e climático acompanha o fluxo de concessão de crédito, sendo aplicados os seguintes processos e ferramentas:

- Avaliação, quando aplicável, da conformidade legal do cliente por meio da análise de informações em listas públicas e revisão da necessidade das licenças ambientais e certidões negativas necessárias para que o cliente possa desempenhar as atividades, e ofertar produtos e serviços sujeitos às regulamentações ambientais e sociais;
- Avaliação da exposição da carteira de crédito pessoa jurídica com base na classificação de Riscos SAC do cliente a partir de seu setor de atuação, levando em conta a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE);
- Aplicação de questionário para a análise de aspectos de sustentabilidade, cujo resultado é considerado em um conjunto de variáveis que impactam na definição do limite de crédito dos clientes;

- Consulta e monitoramento da regularidade de clientes e áreas, em operações de agronegócios, por meio de ferramentas de *compliance* socioambiental e georreferenciamento;
- Análise de características setoriais, locacionais, legais e de práticas de gestão do cliente e da operação, por meio de Formulário para Análise Social, Ambiental e Climática, para subsídio à tomada de decisão de comitês de crédito, quando aplicável.

Na **avaliação de garantias**, o Banrisul adota regramento interno, que veda a aceitação de imóveis localizados em áreas alagadiças e contaminadas. Para aceitação de garantias imobiliárias urbanas, há verificação *in loco* da conformidade com os requisitos estabelecidos, a exemplo do formulário de Levantamento de Indícios de Contaminação (LIC) previsto no Normativo SARB 14/2014 da Febraban. Os imóveis rurais passam por análise técnica da matrícula, observando sobreposição com Áreas de Preservação Permanente (APP), Reservas Legais (RL) e demais restrições previstas na legislação vigente.

Em relação aos **fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes**, todas as licitações realizadas exigem a comprovação de regularidade trabalhista e previdenciária, incluindo cláusulas específicas reforçando a vedação o uso de trabalho infantil e análogo à escravidão. Ademais, há um processo de avaliação da conformidade do fornecedor com a legislação aplicável ao produto adquirido ou ao serviço prestado. Os critérios de sustentabilidade nos editais de compras e licitações são orientados pelo Manual do Fornecedor Banrisul.

Em relação às **atividades internas** do banco, a identificação de causa raiz do escopo RSAC nos outros riscos é descrita no item “D” da Tabela GER.

Em relação aos **produtos e serviços**, a identificação de riscos inerentes é executada sob demanda das unidades de negócios, e consiste em verificar se as características propostas têm potencial de violar direitos e garantias fundamentais; constituir atos lesivos a interesse comum; degradar o meio ambiente; ou contribuir significativamente para mudanças em padrões climáticos. Caso identificada alguma característica com potencial de impacto negativo, é recomendada a correção/adequação.

B. Descrição dos critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições.

O Banrisul utiliza critérios claros e passíveis de verificação para classificação das exposições quanto aos Riscos SAC em três dimensões: setor econômico, região geográfica e prazo médio.

Setor econômico

A instituição analisa a exposição da carteira de crédito, a partir do código CNAE, com base em metodologia própria, que avalia e mensura o potencial de os setores econômicos sofrerem ou causarem danos sociais, ambientais e climáticos. Os impactos negativos potenciais decorrentes das características setoriais são classificados em alto, médio, baixo ou irrelevante, permitindo quantificar a exposição ao conjunto dos riscos.

A classificação das operações quanto aos riscos social, ambiental e climático tem como base a análise de informações de acesso público. Conforme exigência do art. 38-D, inciso II da Resolução CMN 4.557/17, são avaliados os seguintes critérios: trabalho escravo; trabalho infantil; saúde e segurança; população e comunidades; intempéries; alterações climáticas de longo prazo; políticas públicas e legislação relacionada; tecnologias de transição para economia de baixo carbono; percepção de mercados/consumidores; poluição de água e ar; gerenciamento e descarte de resíduos; biodiversidade; uso e conservação de água, energia e recursos naturais; e desastres envolvendo materiais perigosos.

A classificação do risco setorial consolida o saldo contábil das operações ativas, da carteira de crédito pessoa jurídica, enquadrado em cada vertente de risco. O enquadramento do saldo, conforme exposição, permite verificar a concentração em cada nível de risco, constituindo indicadores de monitoramento.

Região geográfica

A instituição possui concentração de clientes na região sul do país, em especial no estado do Rio Grande do Sul, em razão da sua atuação regionalizada.

Para a classificação das exposições, as regiões geográficas são segregadas em nível de município, quando localizadas no estado do Rio Grande do Sul. As demais localidades são segregadas em nível estadual.

Para a análise da exposição das operações aos Riscos SAC, são adotadas ferramentas de acordo com a finalidade do financiamento, dentre as quais, destacam-se:

- Para a carteira de crédito de agronegócio, observa-se a localização geográfica por meio do *compliance* socioambiental e georreferenciamento para identificar características relevantes da região de forma individualizada, levando em consideração fontes de dados públicos e certidões das áreas beneficiadas. As ferramentas também possibilitam a identificação de áreas com restrições de acesso ao crédito rural em razão de dispositivos legais ou infralegais atinentes a questões sociais, ambientais e climáticas. Nessa análise, são avaliadas áreas sujeitas à inundação, inconsistência no CAR, embargos do IBAMA ou ICMBio, existência de queimadas, áreas com desmatamento, áreas localizadas em unidades de conservação de proteção integral, uso sustentável, zonas de amortecimento, entre outras.
- Formulário para Análise Social, Ambiental e Climática, possibilita nas operações relevantes, a análise de características locacionais do empreendimento, a exemplo de

riscos de: alagamento, inundação, erosão, deslizamento e variações do nível do mar, entre outros.

- A aceitação de imóveis em garantia está sujeita ao enquadramento do bem às políticas internas, o processo de avaliação dos imóveis prevê, conforme aplicável: Levantamento de Indícios de Contaminação – LIC; conformidade com áreas de proteção (APP e APA) e Reservas Legais (RL); indicativos de fração de alagamento e enchentes frequentes.

Prazo médio das exposições

As exposições são classificadas, quanto ao risco de crédito, adotando os critérios temporais:

- Curto prazo: até 12 meses
- Médio prazo: 12 a 36 meses
- Longo prazo: Acima de 36 meses

Caso sejam identificadas concentrações significativas, pode ser realizada a análise de Riscos SAC nos critérios temporais citados e a suficiência dos controles adotados.

C. Descrição dos mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição.

A instituição, por meio da ferramenta de *compliance* regulatório, realiza o monitoramento de publicações legais e do regulador, analisando alterações na legislação para direcionamento e acompanhamento das ações junto aos gestores com uso de sistema específico.

Periodicamente é disponibilizado à administração o relatório “Informativo Regulatório”, com status do atendimento da instituição às normas do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

D. No âmbito do gerenciamento integrado de riscos, descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o risco social, o risco ambiental e o risco climático, e entre esses e os demais riscos incorridos pela instituição, observado o disposto no art. 38-E da Resolução nº 4.557, de 2017.

A gestão de Riscos SAC é integrada aos demais riscos corporativos relevantes para a instituição, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.557 de 2017.

Dentre os mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o risco social, o risco ambiental e o risco climático, e entre esses e os demais riscos incorridos pela instituição, destacam-se:

Identificação e marcação de escopo RSAC em riscos operacionais

Buscando aprimorar a identificação de Riscos SAC no Banrisul, é realizada a marcação de escopo social, ambiental e/ou climático, na Base de Dados de Perdas Operacionais, conforme características dos riscos identificados. Esse processo possibilita o acompanhamento da avaliação desses riscos - bem como de controles e perdas associadas - inclusive aqueles relacionados a fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes.

Exposição da carteira de crédito da Instituição

A instituição analisa a exposição da carteira de crédito pessoa jurídica, a partir do código CNAE, com base em metodologia própria, que avalia e mensura o potencial de os setores econômicos sofrerem ou causarem danos sociais, ambientais e climáticos. A classificação do risco setorial consolida o saldo contábil das operações ativas, da carteira de crédito pessoa jurídica, enquadrado em cada vertente de risco.

Análise de Riscos SAC de fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes

Visando orientar seus gestores de compras e fornecedores, o Banrisul disponibiliza o Manual do Fornecedor Banrisul. O documento, que conta com um capítulo específico de aspectos de Responsabilidade SAC, consolida melhores práticas de compras e fornecimento de bens e serviços. O Banrisul tem avançado no tema relacionado ao engajamento de fornecedores, identificando critérios de sustentabilidade nos contratos de compras e licitações, sempre que aplicável.

Aprimoramento contínuo de aspectos de RSAC no Programa de Teste de Estresse (PTE)

Análise de Cenários inclui Cenário Adverso Climático, o qual considera hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono. A Análise de Sensibilidade considera o grau de suficiência de garantias com base em critérios de Riscos SAC.

Aprimoramento contínuo de indicadores de RSAC na Declaração de Apetite por Riscos (RAS)

A RAS consolida o nível de risco, agregado e individual, que se está disposto a aceitar, ou evitar, para atingir seus objetivos estratégicos. O monitoramento da RAS é realizado mensalmente e visa ao acompanhamento dos indicadores que podem ser de apetite ou de acompanhamento. Em relação aos Riscos SAC, é realizado o monitoramento mensal da exposição da carteira de crédito pessoa jurídica ao Risco Ambiental, ao Risco Climático e a Contribuição para a Economia Verde, por meio da aplicação da Taxonomia Verde da Febraban.

Observância de aspectos de RSAC no processo de revisão de Política de Tesouraria e Plano de Contingência de Liquidez

A política de Tesouraria inclui a necessidade de se observar impactos socioambientais das decisões de investimento, conforme previsto nas diretrizes da PRSAC.

E. Descrição dos processos de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático, destacando o monitoramento, o controle e a mitigação desses riscos.

O monitoramento dos Riscos SAC é realizado por meio das seguintes ações, entre outras:

- Acompanhamento das perdas operacionais com escopo RSAC;
- Acompanhamento dos indicadores na Declaração de Apetite por Riscos (RAS);
- Monitoramento de emissões de GEE da instituição; e
- Análise da exposição da carteira de crédito ativa, pessoa jurídica.

O Banrisul adota uma série de medidas mitigatórias e de controle em relação a impactos potenciais, especialmente à exposição de suas operações de crédito, quando aplicáveis, a exemplo de:

- Verificação da validade das licenças e certidões ambientais;
- Monitoramento do nível de relacionamento de clientes incluídos no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo;
- Exigência de Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB), emitido pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio);
- Aplicação do formulário de Levantamento de Indícios de Contaminação em Imóveis Urbanos (LIC);
- Aplicação de Formulário para Análise Social, Ambiental e Climática, para operações com alta exposição aos Riscos SAC;
- Monitoramento das operações de crédito de agronegócios com sistema de *compliance* socioambiental e georreferenciamento;
- Avaliação de garantias em conformidade com as políticas institucionais;
- Fiscalização de contratos de fornecedores e prestadores de serviços terceirizados relevantes, atestando a conformidade da atividade;
- Inclusão de cláusulas de RSAC em contratos administrativos e comerciais;
- Adoção de protocolo de risco de desmatamento;
- Disseminação da cultura de riscos e sustentabilidade.

F. Descrição dos mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos.

O acompanhamento das concentrações de exposições a setores econômicos é realizado, a partir do código CNAE, com base em metodologia própria, que avalia e mensura o potencial desses setores sofrerem ou causarem danos sociais, ambientais e climáticos, conforme descrito no item “B” desta Tabela.

O monitoramento das concentrações de exposições a setores econômicos ocorre por meio do acompanhamento da variação percentual mensal, refletindo o saldo ativo em financiamentos a setores classificados como alto risco, conforme metodologia própria.

Com base nos mecanismos adotados pela instituição para monitoramento das exposições, não são identificadas concentrações significativas em setores econômicos. O resultado da aplicação da metodologia está descrito no item “B” da Tabela EST.

